

Comissão define ações contra crime organizado

Reunião hoje, em Brasília, discutirá propostas de combate à violência

Brasília - Numa reunião de mais de uma hora, com a participação do secretário nacional de Direitos Humanos, Paulo Sérgio Pinheiro, o presidente Fernando Henrique Cardoso conseguiu convencer o presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, deputado Orlando Fantazzini (PT-SP), a desistir, pelo menos por enquanto, de recorrer a organismos internacionais ligados à ONU para denunciar a falta de empenho no combate à violência no Espírito Santo. A decisão de fazer a denúncia tinha sido tomada na manhã de ontem, durante reunião da comissão.

Fantazzini disse que vai esperar o resultado das medidas que foram discutidas ontem no encontro. A primeira é ampliação do Programa Nacional de Proteção às Testemunhas para pessoas ameaçadas no Estado. Outras medidas seriam a criação de uma força-tarefa e transferência para a Polícia Federal de crimes não investigados. Essas propostas serão discutidas hoje, numa reunião no Ministério da Justiça, por uma comissão composta pelo Governo, parlamentares e organizações ligadas aos Direitos Humanos do Espírito Santo.

Sozinho

Segundo Fantazzini, o presidente explicou que não tinha poder de decretar sozinho a intervenção federal e que, pela Constituição, cabia exclusivamente ao procurador-geral da



ABR

Presença

Pinheiro, secretário de Direitos Humanos, participou da definição de medidas ontem

República, Geraldo Brindeiro, encaminhar o pedido de intervenção ao Supremo Tribunal Federal (STF). Fernando Henrique, segundo o deputado, garantiu que não influenciou Brindeiro e que o procurador só o informou que desistira de pedir a intervenção.

O deputado aceitou os argumentos e disse que não é juiz

para decidir quem tem razão nessa questão do recuo do Governo quanto ao assunto. "Diante dessa decisão do Brindeiro, não tenho o que fazer", disse Fernando Henrique, na reunião.

Ontem, Brindeiro disse que não vai mudar sua decisão. "Não vou rever. A solução eficaz é se fazer uma força-tarefa tal como no Rio de

FHC:

'A intervenção sairá das urnas'

Sob críticas de políticos, inclusive do seu partido, de magistrados e da sociedade civil por não ter dado aval à intervenção federal no Espírito Santo, o presidente Fernando Henrique fez ontem um desabafo no almoço com o presidente do PSDB, José Aníbal (SP). O deputado saiu do encontro duvidando da eficácia de uma intervenção federal no Espírito Santo e reproduzindo as palavras do presidente. "A verdadeira intervenção sairá das urnas, em 6 de outubro", disse Fernando Henrique, segundo contou Aníbal. Segundo ele, o presidente continua magoado com o ex-ministro da Justiça Miguel Reale Júnior. "Acho um equívoco o que Reale fez. Foi impulsivo e precipitado."

Janeiro com apoio da Polícia Federal para o enfrentamento nesse período até o final do ano", disse Brindeiro.

Brindeiro disse ainda que tinha avisado ao então ministro da Justiça, Miguel Reale Júnior, e aos integrantes do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, defensores da intervenção, que enviar o caso para o Supremo Tribunal Federal (STF) não daria em nada. "Sempre entendi e sempre disse que o STF não poderá fazer avaliação de fatos. O caminho do Supremo não teria sentido. Disse isso ao ministro e aos conselheiros." (AG)

Brindeiro assume o arquivamento e diz que não volta atrás

Brasília - O procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, afirmou ontem que a decisão de arquivar o pedido de intervenção no Espírito Santo partiu dele e não do presidente Fernando Henrique Cardoso. Brindeiro ressaltou que, mesmo com a solicitação da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, não reconsiderará a decisão. "Não vou revê-la. Isso está descartado", disse.

Ele lembrou que uma intervenção não se pode realizar de impacto. "É preciso, além de passar pelo Congresso, ter o aval antes dos conselhos de Defesa Nacional e da República", explicou, ressaltando que não tinha obrigação de comunicar qualquer decisão ao ex-ministro da Justiça Miguel Reale Júnior, que pediu demissão do cargo depois que Brindeiro se reuniu com Fernando Henrique, anunciando o arquivamento em seguida.

"Não o fiz e nem o farei", afirmou, referindo-se ao fato de não ter comunicado ao Ministério da Justiça. "O Ministério Público Federal (MPF) não é um apenso e suas decisões não dependem do Ministério da Justiça."

Na quarta-feira, Reale Júnior

disse que o procurador-geral da República havia sido favorável ao pedido de intervenção durante a reunião do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), da qual é um dos integrantes.

Inviabilidade

No entanto, Brindeiro afirmou que havia alertado aos demais membros da comissão sobre a inviabilidade política do pedido, principalmente pelo tempo escasso. A tramitação, segundo o procurador-geral, deveria acontecer num espaço de tempo não inferior a seis meses. "Consta que os fatos que estavam ocorrendo no Espírito Santo eram graves, mas não disse que iria decidir favoravelmente. Como não decidi", afirmou.

Mas a atitude de Brindeiro causou danos na composição do CDDPH, formada por 16 entidades e órgãos públicos. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) a Comissão de Direitos Humanos da Câmara e duas organizações não-governamentais (ONGs) anunciaram a renúncia dos representantes. O Ministério da Justiça não quis comentar o assunto. (AE)

PF E RECEITA VÃO UNIR FORÇAS

Governo reconhece 'fragilidade' do ES

"O governo federal reconheceu o estado de fragilidade de algumas pessoas da sociedade civil capixaba. Elas têm morte anunciada e precisam ser protegidas", declarou o Secretário Nacional de Direitos Humanos, Paulo Sérgio Pinheiro. Ele pretende discutir em reunião hoje, no Ministério da Justiça, a aplicação da medida provisória que permite à Polícia Federal intervir nas ações de ameaça aos direitos humanos. A PF e a Receita Federal também atuarão juntas no Estado, segundo Pinheiro. O governo também vai se esforçar para colocar na clandestinidade a Scuderie Le Coq, acusada de ser um grupo de extermínio ligado ao crime organizado no Estado.

Fórum reúne 500 pessoas em protesto

Cerca de 500 pessoas participaram ontem de uma passeata de repúdio à decisão do procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, de arquivar o pedido de intervenção federal no Espírito Santo. A manifestação foi organizada pelo Fórum Reage Espírito Santo - entidade formada por representantes dos direitos humanos, segmentos organizados da sociedade civil, sindicatos, partidos de oposição ao Governo José Ignácio Ferreira (PTN), igrejas cristãs - e parou o trânsito no Centro de Vitória.

Os manifestantes se concentraram a partir das 15h, na Rua do Rosário, próximo ao prédio do Ministério Público Federal. Representantes das entidades que compõem o fórum entregaram ao procurador da República no Espírito Santo, Henrique Herkenhoff, uma carta endereçada a Brindeiro, na qual deixam claro o repúdio à atitude do procurador de arquivar o pedido de intervenção.

“Guilhotina”

A vice-presidente da seccional capixaba da Ordem



Helô Sant'Ana

Repúdio

Manifestantes se reuniram no Centro para repudiar arquivamento da intervenção

dos Advogados do Brasil (OAB-ES), Gladys Bitran, disse que nesse documento, o fórum manifesta sua indignação em relação ao “ato de guilhotina que ele praticou em torno dos direitos humanos”. “Ele ceifou a possibilidade de apreciação dos instrumentos de defesa dos direitos humanos do Estado”,

disse Gladys Bitran.

A vice-presidente disse ainda que as dúvidas são muitas em torno da decisão tomada pelo procurador-geral. “Ele anunciou uma posição, o arquivamento, e que o seu convencimento se deu após uma conversa com o presidente da República, mas, no exercício de sua competência

jurídica, ele teria que praticar um ato administrativo”.

O ato dele, de acordo com Gladys, teria que ser escrito, formal, explicitando os motivos que determinaram tal decisão. “Ele tinha este dever para com a sociedade brasileira, com o Ministério da Justiça, com o Espírito Santo e seu povo de escrever e assinar embaixo”, comentou a vice-presidente.

Denúncias

Herkenhoff preferiu não comentar a atitude tomada por Brindeiro, alegando que só tomou conhecimento dos fatos através da imprensa. No entanto, ele garantiu que o ato do procurador-geral não vai influenciar no trabalho desenvolvido pelo Ministério Público Federal no Espírito Santo. “Continuamos abertos às denúncias. Todos podem nos procurar”, disse o procurador.

Depois de se reunirem com Herkenhoff, com faixas e cartazes, os manifestantes seguiram pela Avenida Jerônimo Monteiro até a Praça João Clímaco, ao lado do Palácio Anchieta, onde encerraram o ato público com uma oração.

Relatório divulga nome de ameaçados

A Organização Não-Governamental Justiça Global distribuiu ontem, durante a manifestação no Centro de Vitória, um relatório contendo o nome de pessoas ameaçadas de morte no Estado, principalmente depois que o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, anunciou o arquivamento do pedido de intervenção federal no Espírito Santo.

Esse mesmo relatório foi entregue ontem ao presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, com uma solicitação de proteção policial para essas pessoas ameaçadas.

Segundo o documento, estão ameaçados de morte o promotor Jean Claude Gomes de Oliveira, os juízes Alexandre Martins de Castro Filho, Rubens José da Cruz e Carlos Eduardo Ribeiro Lemos e os delegados Francisco Vicente Badenes Júnior, André Luiz Cunha Pereira, Danilo Bahiense Moreira e Fabiana Maioral.

Nomes

Também constam da lista os nomes do deputado esta-

dual Cláudio Vereza (PT), do deputado federal João Miguel Feu Rosa e seus familiares; do presidente da seccional capixaba da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-ES), Agesandro da Costa Pereira; da ex-presidente do PT Iriny Lopes; além da presidente da Associação de Mães e Familiares de Vítimas de Violência no Espírito Santo, Maria das Graças Nascimento Nacort.

Segundo informações da própria OAB-ES, também estão sendo ameaçados de morte os integrantes do conselho da ordem, ameaças que se intensificaram depois do arquivamento do pedido de intervenção. Uma das conselheiras da OAB-ES, Ivone Vilanova, revelou ontem a descoberta de três grampos em seus telefones. Ela disse ainda que as ameaças fazem referência preferencialmente aos filhos dos conselheiros. “Eles ligam e dão detalhes dos horários das atividades das crianças. Isso é assustador”, descreveu.

Juízes são ameaçados

Três juízes da Vara de Execuções Penais do Espírito Santo sofreram ameaças de morte ontem. São juízes que já vinham sofrendo ameaças mas, conforme informações divulgadas pela *TV Gazeta*, receberam ligações anônimas informando que eles seriam assassinados ontem.

O que mais chamou a atenção dos juízes foi a riqueza de detalhes e a forma como os crimes seriam executados. A pessoa que ligou relatou horário, o local, o nome do mandante e inclusive o valor da execução. Essas informações estão sendo mantidas em sigilo pela Polícia Federal.

Para cada juiz morto, o

assassino receberia R\$ 50 mil, de acordo com as informações que foram passadas nas ligações.

Proteção

Os juízes comunicaram o fato imediatamente ao Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES). O presidente do tribunal, desembargador Alemer Ferraz Moulin, determinou que, diante da gravidade das ameaças, eles recebessem proteção policial.

No início da noite de ontem, os juízes saíram do tribunal escoltados por quatro policiais federais que, nos próximos dias, deverão cuidar da segurança dos três.